

Article

A Importância das Feiras para o Fortalecimento da Agricultura Urbana no Município do Rio de Janeiro

Juliana Silva Barbosa ¹, Luiz Fernando de Sousa Antunes ^{2*}, Marta dos Santos Freire Ricci ³, Mariella Camardelli Uzeda ⁴

¹ Mestra (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). ORCID: 0000-0003-0361-6655. E-mail: ju.barbosa@ymail.com

² Doutor (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). ORCID: 0000-0003-4955-9756. E-mail: fernando.ufrj.agro@gmail.com

³ Doutora (Universidade Federal de Viçosa). ORCID: 0000-0001-6800-716X. E-mail: marta.ricci@embrapa.br

⁴ Doutora (Universidade Estadual de Campinas). ORCID: 0000-0003-1936-1837. E-mail: mariella.uzeda@embrapa.br

* Correspondence: plinionaves@ueg.br

RESUMO

Com o crescente processo de urbanização, a prática de Agricultura Urbana (AU) vem ganhando destaque no cenário nacional, principalmente em grandes cidades como o Rio de Janeiro, devido à sua capacidade de produzir alimentos, melhorar a qualidade de vida e promover a soberania e segurança alimentar e nutricional (SAN) das populações urbanas. Outro fator importante é a geração de trabalho e renda para as famílias por meio da comercialização do excedente da produção, sendo a venda direta em feiras o canal mais utilizado na AU. A possibilidade de comercializar os alimentos, principalmente em feiras orgânicas/agroecológicas, valoriza e estimula o trabalho dos agricultores urbanos, invisibilizados pelo poder público. O objetivo da pesquisa foi compreender a importância das feiras para a comercialização e o fortalecimento da AU no município do Rio de Janeiro. Para isto, foram escolhidas as técnicas de entrevista e observação participativa na coleta de dados. Ao analisar as entrevistas, foi constatado que a maior parte dos agricultores tem a venda dos alimentos nas feiras como a principal fonte de renda. Segundo a pesquisa, 60% dos entrevistados têm outra fonte de renda e o agricultor que não possui outra fonte de renda, comercializa os alimentos em mais de um local. Dessa forma, pode-se inferir que aqueles agricultores que comercializam em mais de um local, conseguem, através da AU, gerar renda para o sustento da família.

Palavras-chave: agricultura familiar; segurança alimentar; agricultores urbanos.

ABSTRACT

With the growing urbanization process, the practice of Urban Agriculture (UA) has been gaining prominence on the national scene, especially in large cities such as Rio de Janeiro, due to its capacity to produce food, improve the quality of life and promote sovereignty and food and nutrition security (SAN) of urban populations. Another important factor is the generation of work and income for families through the sale of surplus production, with direct sales at fairs being the most used channel in the AU. The possibility of selling food, mainly in organic/agroecological fairs, values and encourages the work of urban farmers, who are made invisible by the government. The objective of the research was to understand the importance of fairs for the commercialization and strengthening of UA in the city



Submissão: 19/01/2022



Aceite: 06/05/2022



Publicação: 02/08/2022



of Rio de Janeiro. For this, interview techniques and participatory observation in data collection were chosen. When analyzing the interviews, it was found that most farmers have the sale of food at fairs as their main source of income. According to the survey, 60% of respondents have another source of income and the farmer who has no other source of income sells food in more than one location. Thus, it can be inferred that those farmers who trade in more than one location, through the UA, are able to generate income to support the family.

Keywords: family agriculture; food safety; urban farmers.

1. Introdução

De acordo com Sequeira (2014), “diferente de outros países, que têm uma urbanização mais regular, o Brasil até hoje apresenta um processo extremamente dinâmico de ocupação” e a configuração espacial atual do seu território resulta principalmente de dois fenômenos: o processo de migração, que atingiu seu ápice entre as décadas de 1960 e 1980, “quando aproximadamente 27 milhões de pessoas saíram do campo e foram em direção aos centros urbanos” (IBGE, 1996), e a crescente urbanização, principalmente nas grandes cidades como o Rio de Janeiro. Cabral e Candido (2019) afirmam que “o processo de crescimento das cidades não é somente desigual, mas que cada uma traçou seu próprio caminho na construção das desigualdades e exclusão das minorias, e assim, as dantes minorias surgem no espaço urbano atual como maiorias”.

Neste processo histórico, a maioria das famílias que migra das zonas rurais para a cidade “deixa para trás uma intrínseca relação com a natureza, sofrendo um processo de erosão cultural e transformação do seu costume alimentar. São candidatos à urbanização na espera por emprego e moradia” (SACHS, 2004), a maioria vai para as favelas e bairros periféricos da cidade, sujeitos à insegurança alimentar devido à instabilidade em que se encontram. O processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com a pobreza. “O campo moderno repele os pobres através do conhecido êxodo rural, e os trabalhadores da agricultura industrial vivem cada vez mais nos espaços urbanos” (SANTOS, 2005). Para Carneiro *et al.* (2017) “a urbanização tem favorecido uma crescente insegurança alimentar por causa das desigualdades sociais derivadas da má distribuição de renda, afetando basicamente os segmentos populacionais que vivem em situação de pobreza e que residem nas periferias das grandes cidades”.

A AU praticada em quintais é composta por agricultores cuja extensão de suas terras é menor em comparação com a da agricultura tradicional, geralmente, são os agricultores cujo acesso às políticas públicas é mais dificultoso e a comercialização dos alimentos produzidos é essencial para a (re) produção social. Dessa forma promove a inclusão de famílias no mercado de trabalho, gerando emprego e renda e garantindo a soberania e a segurança alimentar e nutricional (SAN). A AU surge como forma de resistência à nova realidade, reaproximando o agricultor de suas práticas agrícolas, buscando mitigar os impactos sofridos devido à maior dependência da compra de alimentos, o que compromete não só a saúde, mas também a renda familiar. Segundo Almeida (2004) “a produção em quintais proporciona uma melhora nos hábitos alimentares do núcleo familiar, sobretudo por evidenciar a relação que há entre alimentação e saúde”. Altieri e Nicholls (2020) destacam que “a produção agroecológica praticada pela AU pode ajudar a explorar os vínculos entre agricultura e saúde, demonstrando que a maneira como a agricultura é praticada pode por um lado, promover a saúde ou, pelo contrário, se for mal praticada, como na agricultura industrial, pode causar grandes riscos à saúde”.

“A produção de alimentos em área urbana tem importante influência na resolução de muitos problemas sociais, econômicos e ambientais gerados pelo próprio processo de urbanização, principalmente para as populações que historicamente possuem grande vínculo com a zona rural” (NÓBREGA *et al.*, 2016). A prática da AU não é uma atividade recente, porém nos últimos anos tem ganhado mais visibilidade devido aos inúmeros casos de sucesso na produção de alimentos. Para Pierri (2010), “apesar dos avanços alcançados em termos de elaboração teórica e de políticas públicas, persistem alguns obstáculos como os gargalos no escoamento da produção”, que pode ser considerado um dos principais entraves para o fortalecimento da AU.

Nesse sentido, foi criada em 2019 a Lei nº 8.366 que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2019), com vistas a promover ações que contribuam para o reconhecimento e a valorização da AU como prática sustentável, que garante a SAN de indivíduos em situação de vulnerabilidade, além



de gerar renda a partir da reinserção de agricultores excluídos, estimulados pela inclusão nos grupos do Sistema Participativo de Garantia (SPG) como o da Rede Carioca de Agricultura Urbana¹ (Rede CAU), além de propor um novo destino e ressignificar os espaços urbanos produtores de alimento e sujeitos à especulação imobiliária.

Sabendo que todo alimento traz em si uma história, conhecer os atores envolvidos no processo produtivo e qual a trajetória daquele alimento até o consumidor final, incentiva a conscientização da importância da agricultura tanto para quem produz e comercializa os alimentos, como para quem os consome. Devido à escassez de informações quanto à produção de alimentos na AU e a importância de pesquisas e estudos sobre os diferentes canais de comercialização utilizados, viu-se a necessidade de levantar dados que ajudem a compreender este processo para um maior reconhecimento da agricultura praticada em espaços urbanos no município do Rio de Janeiro.

De acordo com a pesquisa bibliográfica, a feira é o principal canal de comercialização utilizado pelos pequenos agricultores. Isso se deve principalmente pela proximidade entre o local de produção e comercialização, caracterizando uma venda direta sem a necessidade de atravessadores, garantindo ao agricultor um valor mais justo pelo alimento produzido. Para Oliveira e Abreu (2015) “a venda da produção desses agricultores em circuitos com atravessadores gerava precariedade do ponto de vista da renda, por não obter valores satisfatórios pelos alimentos produzidos”. Desta forma, a pesquisa buscou evidenciar a importância da venda direta nas feiras para o fortalecimento da AU no município do Rio de Janeiro.

2. Material e Métodos

A pesquisa utilizou como princípios metodológicos uma variedade de técnicas de coleta de dados, como: levantamento bibliográfico relacionado à AU, observação participativa (visitas às feiras), entrevistas guiadas através de questionários semiestruturados, gravação de áudio e registro de imagens. A abordagem da pesquisa priorizou procedimentos que permitissem uma análise qualitativa, por acreditar que apenas a abordagem quantitativa poderia não considerar informações relevantes obtidas empiricamente.

Além da revisão bibliográfica, foram utilizados alguns dados de instituições oficiais, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e dados coletados durante a pesquisa de campo, permitindo assim a conjunção de dados quantitativos e qualitativos.

2.1 Caracterização da Área de Estudo

O presente trabalho buscou analisar a comercialização dos alimentos produzidos pela AU no município do Rio de Janeiro a partir das feiras orgânicas do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, porém quase todos os agricultores que estão no Circuito são de outros municípios do estado do Rio de Janeiro, principalmente Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo, portanto não se enquadram na área de estudo.

Através da bibliografia consultada, ficou claro que a Zona Oeste ainda abarca os núcleos de maior importância, quanto ao volume de produção, para a AU. Em parceria com a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), foram escolhidas as feiras a serem visitadas para a obtenção dos dados pertinentes à pesquisa, todas situadas na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro (Figura 1). São elas: Feira Agroecológica de Campo Grande, Feira Orgânica do Rio da Prata, Feira da Roça, Agroecológica e Cultural de Vargem Grande e a Feira Agroecológica da Freguesia.

¹A Rede CAU é um movimento social criado em 2009 que agrega representantes de diversas organizações populares, instituições de pesquisa e ensino, bem como agentes não governamentais, para a defesa da agroecologia na cidade do Rio de Janeiro (OLIVEIRA; ABREU, 2015). A rede está vinculada à Articulação de Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro (AARJ), ao Coletivo Nacional de Agricultura Urbana e à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

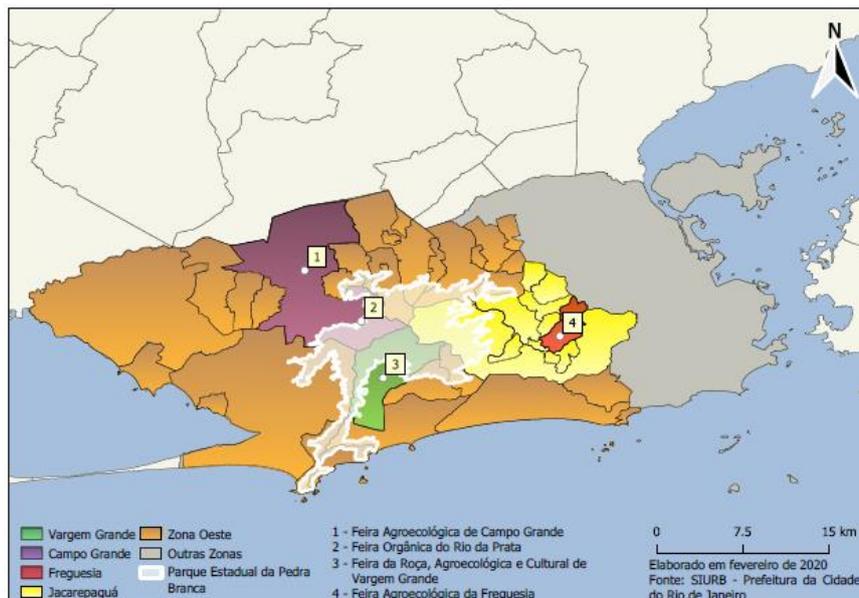


Figura 1. A Zona Oeste do Rio de Janeiro com destaque para as feiras visitadas. Fonte: Juliana S. Barbosa

Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010), “a região da Zona Oeste conta com uma população de 2.614.728 habitantes, que representa 41,36% do total do município do Rio de Janeiro (6.320.446 habitantes)”. É a região de maior expansão demográfica da cidade, com alto índice de favelização, crescente urbanização e numerosos investimentos imobiliários fomentados pela especulação imobiliária. Sua área corresponde a aproximadamente 885,74 km², ou seja cerca de 73,97% do total do município do Rio de Janeiro.

Localizada no extremo oeste do município, a Zona Oeste é uma antiga denominação utilizada até os dias de hoje para definir o espaço geográfico ocupado pelos bairros que de acordo com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro ocupam as Áreas de Planejamento (AP) número 4 e número 5. A referida prefeitura não utiliza a nomenclatura “Zona Oeste”, por não dividir a cidade por zonas de habitação, mas sim, por Áreas de Planejamento. Apesar de geograficamente incluir as regiões da AP4 e AP5, a população passou a identificar como Zona Oeste apenas a AP5 e alguns bairros da AP4, de características socioeconômicas parecidas com a da AP5. Esta imprecisão na nomenclatura é consequência da estreita relação entre a localização geográfica e nível social, uma característica da Cidade do Rio de Janeiro, onde descrições geográficas são generalizadas e confundidas com caracterização social.

A Zona Oeste é composta por 40 bairros e 8 Regiões Administrativas, das quais três fazem parte da área de delimitação do estudo. A AP-4 é composta pela Região Administrativa XVI- Jacarepaguá, Região Administrativa XXXIII- Cidade de Deus e Região Administrativa XXIV- Barra da Tijuca e a AP-5 é composta pelas Regiões Administrativas XVII - Bangu, XVIII - Campo Grande, XIX - Santa Cruz, XXVI - Guaratiba e XXXII - Realengo.

2.2 Coleta de Dados

Para o desenvolvimento da pesquisa de campo foram selecionadas como técnicas de coleta de dados a entrevista e a observação participativa. A pesquisa de campo é uma etapa essencial, pois proporciona ao pesquisador conhecer e aprofundar os estudos sobre um tema específico. Dentro desse contexto, a investigação teve o propósito de aprofundar o estudo sobre a comercialização de alimentos da AU em feiras e sua capacidade de gerar renda.

Para isso, foram realizadas entrevistas através de um questionário semiestruturado com questões abertas e fechadas. As entrevistas transcorreram de agosto a dezembro de 2019. O questionário é um mecanismo utilizado na pesquisa que possibilita ao pesquisador obter respostas que não teria acesso através da utilização de outros meios. Segundo Sellitz e Deutsch (1971), “numa entrevista existe oportunidade para maior flexibilidade na obtenção das informações pelo pesquisador”, pois estas não ficam restritas às respostas que já são pré-determinadas. Para estes autores, a flexibilidade da entrevista faz dela uma técnica muito melhor para se obter informações acerca de assuntos ainda pouco explorados, como no caso da comercialização dos alimentos da AU.



Os questionários foram direcionados aos agricultores urbanos que participam das feiras utilizadas como espaço amostral para a pesquisa. Buscando assim caracterizar o perfil do agricultor através de informações como idade, gênero e escolaridade, caracterizar a produção, sobretudo quanto aos alimentos produzidos e utilizados na alimentação do núcleo familiar e reunir dados que caracterizem a comercialização de alimentos em áreas urbanas. As entrevistas foram gravadas com auxílio de aparelho celular e permissão dos agricultores, dessa forma nenhuma informação é perdida, podendo ser consultada a qualquer momento para esclarecimentos. O questionário utilizado nas entrevistas foi dividido em 3 partes: perfil social, produção e comercialização.

De um total de 25 agricultores urbanos registrados no SPG-ABIO (Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro) grupo Rede CAU, a entrevista foi realizada com 15 agricultores. Esses sujeitos são considerados os mais importantes para este estudo, pois foram capazes de descrever, com propriedade, sobre as práticas de produção, o mercado e o ambiente em que estão inseridos. Além disso, são eles que podem relatar as principais dificuldades e desafios para a AU, além de apontar sugestões de melhoria no contexto da comercialização.

A segunda etapa do estudo refere-se à pesquisa documental, pela qual foram obtidos os dados secundários, através de documentos, relatórios, legislações, folders, folhetos e publicações acadêmicas. Na concepção de Godoy (1995) esse tipo pesquisa consiste no “exame de materiais de natureza diversa que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se interpretações novas e/ou complementares”. Estes dados complementaram os dados primários e ajudaram a pesquisadora na compreensão acerca da importância da comercialização em feiras para o fortalecimento da AU no município de Rio de Janeiro.

2.3 Visitas às Feiras

As quatro feiras visitadas ocorrem em três bairros distintos e juntas totalizam 24 barracas, mantendo uma média de 6 a 8 barracas por feira. É importante destacar que atualmente os agricultores urbanos do município do Rio de Janeiro dispõem de 13 espaços de comercialização dentro da cidade, entre eles as quatro feiras pesquisadas. No Quadro1 abaixo consta o local, dia e horário de cada feira visitada.

Quadro1. Local, dia e horário das feiras.

FEIRA	BAIRRO	ENDEREÇO	DIA DA SEMANA	HORÁRIO
Feira Agroecológica de Campo Grande	Campo Grande	Av. Marechal Dantas Barreto, 95	Sábado	7 às 13h
Feira Agroecológica da Freguesia	Jacarepaguá	Praça Professora Camisão	Sábado	8 às 13h
Feira Orgânica do Rio da Prata	Campo Grande	Sítio Farol da Prata - Est. Da Batalha, 202, Rio da Prata	Domingo	7 às 14h
Feira da Roça, Agroecológica e Cultural de Vargem Grande	Vargem Grande	Praça José Baltar Vargem Grande	Domingo	8 às 13h

Fonte: Elaborado pela autora através de informações disponibilizadas pela Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ).

A Feira Orgânica do Rio da Prata (Figura 2) é a única que ocorre dentro do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), visto que toda a produção vem daquela região, que já era agrícola muito antes de ser Parque. Como ressalta Fernandez (2009), “os agricultores do PEPB encontram-se numa dicotomia, pois estão inseridos em uma área de proteção integral, sujeito a políticas ambientais, mas também integrados ao meio urbano, tanto fisicamente quanto em suas relações com o mercado”. A imposição desse novo modo de vida com implicações de origem rural, urbana e ambiental, fez com que muitos moradores do PEPB deixassem suas casas, motivados principalmente pela legislação ambiental, que passou a vigorar com a criação do Parque, pressão urbana e a conseqüente descaracterização da agricultura. No entanto, ainda de acordo com a autora, alguns agricultores/as permaneceram mesmo sob o conservadorismo da legislação ambiental.

Alguns dos agricultores que ali haviam se estabelecido com suas culturas, permaneceram e progressivamente tiveram que adaptar sua produção às restrições crescentes impostas pelos órgãos ambientais responsáveis pela



administração do PEPB, tais como a proibição de roçar os terrenos, de fazer queimada, de expandir as áreas cultivadas, de fazer melhoria nos caminhos ou utilizar meios de transporte mais modernos. Toda a produção de banana e caqui do maciço da Pedra Branca, por exemplo, é transportada ainda hoje pelos burros que sobem e descem os caminhos íngremes do maciço. Tais restrições tornam a agricultura no maciço bastante árdua e limitam as possibilidades de expansão da produção ou introdução de novos cultivos (FERNANDEZ, 2009, p. 28).

Outra particularidade da Feira Orgânica do Rio da Prata é o revezamento entre os agricultores na barraca, a cada semana são escolhidos de dois a três agricultores que ficam responsáveis por ir à feira comercializar os alimentos produzidos por todos que compõem a AGROPRATA (Associação dos Agricultores Orgânicos da Pedra Branca). Na feira também encontramos alimentos produzidos em outros locais, como o morango orgânico quem vem do Brejal, em Petrópolis. Ao ser perguntado sobre a qualidade do morango, o agricultor informou “que conhece o sítio, pois já o visitou, do contrário não venderia”.



Figura 2. Feira Orgânica do Rio da Prata, no PEPB. Fonte: Juliana S. Barbosa.

Na oportunidade das visitas às feiras, foi realizada a técnica de observação participativa, definida como uma etapa em que a autora atua como espectadora, ou seja, “estabelece o contato com a comunidade/grupo/realidade sem integrá-la” (CHEMIN, 2012). A observação foi um procedimento imprescindível para este estudo, pois contribuiu no sentido de analisar as condições de trabalho dos agricultores, instalações físicas, a apresentação e a qualidade dos alimentos. Durante a etapa da observação a autora fez uso de uma câmera fotográfica, pois a fotografia é capaz de fornecer informações que ilustram o cenário das feiras e são importantes fontes de dados.

Outro recurso metodológico utilizado foi o fluxograma de comercialização, pois nele é possível visualizar todas as saídas, desde os alimentos vendidos semanalmente nas feiras, até eventos sazonais. Ao serem perguntados sobre os locais de comercialização, muitos agricultores tiveram dificuldade de lembrar desses eventos. Segundo Mello (2008), “a utilização do fluxograma permite verificar como se conectam e relacionam os componentes de um sistema, facilitando a análise de sua eficácia”.

3. Resultados e Discussão

A partir da aplicação dos questionários, foi possível auferir alguns dados relativos ao perfil dos agricultores e da produção, além de expor a situação atual da AU quanto à comercialização de alimentos e sua importância para a geração de renda.

3.1 Perfil Social

Com a análise do questionário ficou evidente a ocorrência de algumas características em comum entre os agricultores, como o gênero, a faixa etária e a escolaridade. O resultado da pesquisa evidencia o protagonismo da mulher na AU, pois o sexo feminino



representa 73,3% dos entrevistados contra 26,7% do sexo masculino (Figura 3). Essa é uma particularidade da agricultura em áreas urbanas, visto que na maioria dos casos o homem é a figura que vai “trabalhar fora” e a mulher fica responsável por cuidar dos filhos e da casa.



Figura 3. Gênero dos Agricultores. Fonte: Juliana S. Barbosa.

Em uma sociedade patriarcal, em que o homem costuma estar à frente dos negócios, é importante ressaltar a predominância do trabalho da mulher na AU, desde a produção e organização, até a venda ao consumidor final. Viegas (2016) ao pesquisar as feiras convencionais na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, encontrou uma realidade totalmente oposta, onde 76,8% dos entrevistados eram do sexo masculino contra 23,2% do sexo feminino.

A maioria dos agricultores tem de 50 a 69 anos, representando um total de 73,4% dos entrevistados. Esta é uma realidade não só das áreas urbanas, mas também rural. De acordo com levantamento do último Censo Agropecuário (IBGE, 2017), a população rural está envelhecendo e os mais jovens continuam a migrar para centros urbanos. Pessoas com mais de 65 anos representam 23,2% dos moradores de áreas rurais, sendo que em 2006, quando foi realizado o levantamento anterior, representavam 17,52%.

Verificou-se que a frequência até o Ensino Fundamental soma 66,7% dos entrevistados, como revela a Tabela 1 abaixo, tendo como justificativa a não conclusão dos estudos devido à necessidade de trabalhar cedo para ajudar a família.

Tabela 1. Escolaridade dos agricultores.

Escolaridade	N.º de agricultores
Ensino Básico	7
Ensino Fundamental	3
Ensino Médio	4
Ensino Superior	1
Total	15

Fonte: Pesquisa de campo (elaboração própria).

O baixo grau de escolaridade não é empecilho para que os agricultores desempenhem suas funções na gerência da produção, pois o trabalho é resultado dos conhecimentos tradicional e empírico adquiridos. Entendemos que “a existência de um mecanismo que possibilite o acesso às informações disponíveis, unindo saberes tradicionais e acadêmicos, baseado numa assistência técnica permanente, capaz de atingir aqueles que mais necessitam é um passo estratégico para o desenvolvimento e qualificação dos agricultores” (PIERRI, 2010).

3.2 Produção

A AU tem como característica a utilização predominante da mão de obra familiar, visto que é uma prática agrícola desenvolvida nos espaços ao redor da casa. A maioria das agricultoras entrevistadas trabalha na produção com auxílio do marido e dos filhos. A contratação de mão de obra terceirizada é temporária, realizada através de pagamento de diária, nenhum dos entrevistados tinha funcionário fixo. É expressiva a reclamação de que a mão de obra em área urbana é escassa e cara, pois a maioria está empregada em atividades não-agrícolas.



Uma característica relevante na caracterização da produção foi a unanimidade de um antepassado agrícola entre todos os agricultores entrevistados. De acordo com Oliveira (2017), “a região denominada e conhecida por Zona Oeste é composta por um conjunto de diferentes bairros que se identificam a partir de uma história comum relacionada a um passado onde a produção agrícola destacou política e economicamente o local”.

Devido a esse passado agrícola e rural, 46,7% (quase metade dos entrevistados), consideram que sua residência e local de produção está em área rural, ainda que o Plano Diretor Municipal diga que é área urbana. Uma agricultora de Vargem Grande chegou a afirmar que até uns 4/5 anos atrás seu imóvel era registrado no INCRA² e que pagava ITR (Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural) ao invés do IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana). A mudança de área rural para urbana acarreta aos agricultores e agricultoras do município do Rio de Janeiro diversas dificuldades na produção de alimentos, uma delas é conseguir a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), apenas 26,7% dos entrevistados conseguiram (Figura 4). A DAP é o instrumento que identifica os agricultores familiares aptos a realizar operações de crédito rural junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e uma das exigências para obter a DAP é que as atividades sejam praticadas no meio rural.

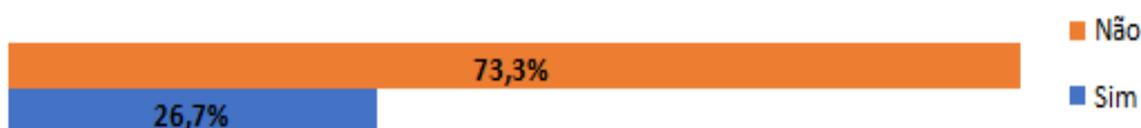


Figura 4. Agricultores que possuem DAP. Fonte: Juliana S. Barbosa.

Criada em 2007, a AGROVARGEM (Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande) permaneceu sem a certificação orgânica até o ano de 2013, a produção era comercializada em feiras livres de bairros próximos. A criação da associação favoreceu a aproximação dos agricultores na construção de estratégias para a comercialização dos alimentos. Em 2013 foi iniciado o processo de certificação através do SPG-ABIO grupo Rede CAU. Esse processo, através da mobilização de parceiros como a AS-PTA, culminou na criação da Feira Agroecológica da Freguesia (Figura 5), bairro que também se localiza na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. A partir dessa conquista, vários agricultores obtiveram seu selo de produção orgânica, incluindo dois quintais urbanos.



Figura 5. Feira Agroecológica da Freguesia. Fonte: Associação de Moradores e Amigos da Freguesia de Jacarepaguá (AMAF, 2018).

²O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foi criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970 (BRASIL, 1970), com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.



Todos os entrevistados participam de alguma associação ou rede de apoio, entre as redes citadas estão a Rede CAU e a AS-PTA. Com isso, ampliam-se os canais de comercialização dos alimentos e, sobretudo, a credibilidade junto ao consumidor. De acordo com os entrevistados, quatro associações de agricultores atuam no fortalecimento das feiras pesquisadas, como mostra o Quadro 2.

Quadro 2. Associações de Agricultores da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

ASSOCIAÇÃO	
Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande	AGROVARGEM
Associação dos Agricultores Orgânicos da Pedra Branca	AGROPRATA
Associação dos Lavradores e Criadores de Jacarepaguá	ALCRI - JPA
Associação dos Agricultores da Feira Agroecológica de Campo Grande, Processadores de Alimentos, Artesãos e Amigos	AAFA

Fonte: Pesquisa de campo (elaboração própria).

O casarão onde está localizada a Feira Agroecológica de Campo Grande servia como local de apoio aos agricultores, com assistência técnica e venda de materiais (insumos e ferramentas) a preços mais justos. A AAFA foi criada para que os agricultores pudessem articular com a Secretaria de Agricultura a ocupação efetiva do casarão. Para Viegas (2016), “a feira é um ambiente que transcende a ação de compra e venda de alimentos, muitas vezes se torna ponto de encontro cultural que mantém um sentido de existência, resistência e de identidade com o meio”. O deslocamento semanal dos agricultores e dos consumidores transforma o ambiente da feira devido à maior movimentação de pessoas, quebrando a rotina do local.

Uma característica da AU é a diversificação da produção, há casos de quintais com mais de 200 espécies entre ervas, temperos, frutíferas e hortaliças. Essa é uma característica muito relevante visto que todos os alimentos produzidos pelos agricultores são consumidos pela família, o que demonstra uma melhoria na SAN e redução nos gastos com alimentação.

3.3 Comercialização

A preparação dos agricultores para as feiras inicia-se muito cedo, por volta das 4 horas da manhã, para que consigam organizar a mercadoria que será transportada para o local da feira e para que às 7 horas a barraca esteja pronta à espera dos clientes. As atividades encerram-se às 13h, com exceção da Feira Orgânica do Rio da Prata, cujo término é às 14 horas. Como podemos observar na Figura 6 abaixo, as feiras representam o mais importante canal de comercialização para a AU, de acordo com a pesquisa 73,4% dos agricultores comercializam seus alimentos em mais de uma feira.

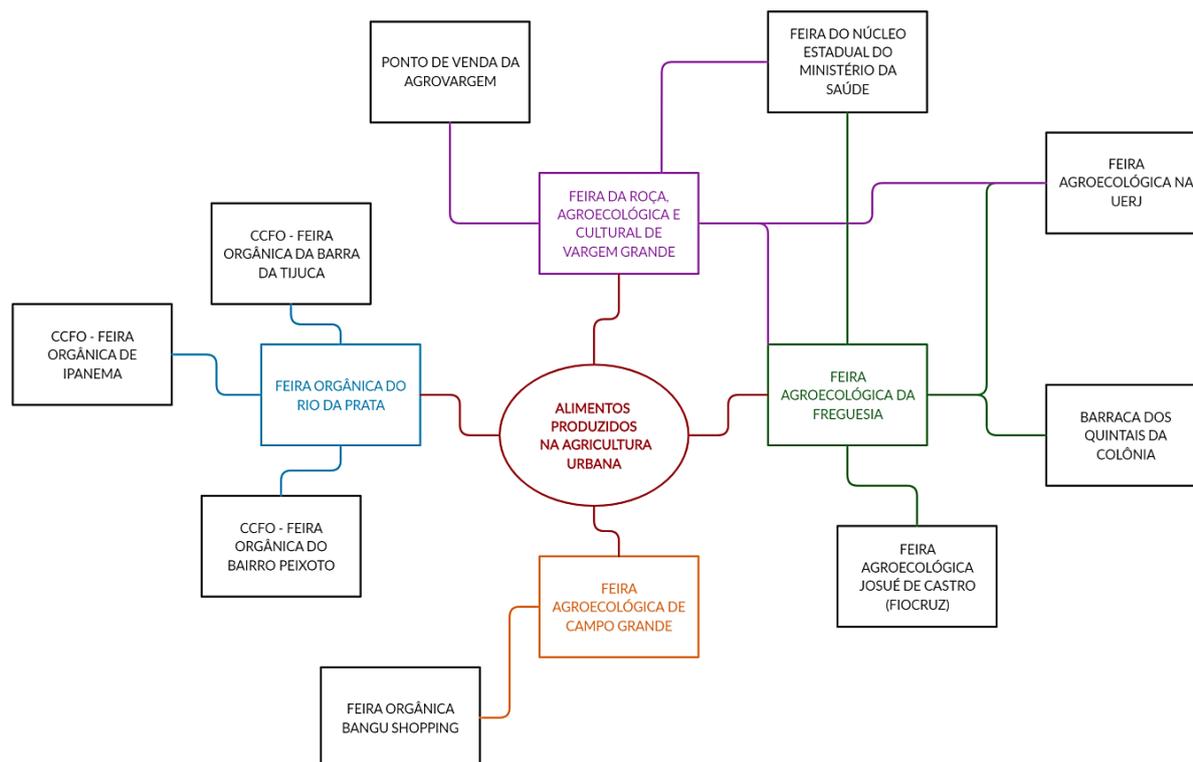


Figura 6. Fluxograma de comercialização. Fonte: Juliana S. Barbosa

Ao analisar as entrevistas, percebeu-se que a maior parte dos agricultores tem a venda dos alimentos nas feiras como a principal fonte de renda. Do total de entrevistados, 86,7% comercializam os alimentos em duas ou mais feiras, a quantidade de feiras por agricultor está ilustrada na Figura 7 abaixo. “Se feiras livres e mercados de rua ainda fazem parte da paisagem urbana é porque essa forma de comercializar alimentos permanece plena de sentido para seus *habitués*, trabalhadores ou consumidores” (VEDANA, 2013).

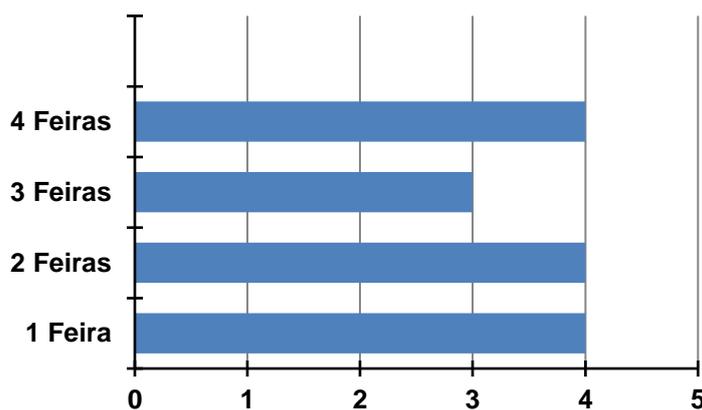


Figura 7. Quantidade de feiras que cada agricultor participa. Fonte: Juliana S. Barbosa.

Os agricultores foram questionados se utilizavam outros canais de comercialização além das feiras, e 53,3% afirmaram que sim, a exemplo temos a barraca dos quintais da Colônia, em Jacarepaguá e as iniciativas de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura), como a Organicamente. Os agricultores da Feira Agroecológica de Campo Grande também ressaltaram a participação em eventos anuais, como o Dia Mundial da Alimentação, Dia Mundial do Meio Ambiente, Aniversário da Feira Agroecológica de Campo Grande e a Semana da Alimentação Carioca (SAC).



As feiras orgânicas/agroecológicas atuam fortemente no resgate e valorização da cultura popular, o que é evidenciado pela comercialização das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC'S), muitas delas estão voltando a ser convencionalmente utilizadas na alimentação, como a já conhecida taioba. Diferente da realidade das feiras convencionais, as PANC's já estão entre os itens mais procurados nas feiras orgânicas/agroecológicas. Um dos motivos do sucesso é a constante oferta, visto que são plantas mais rústicas e adaptadas às condições climáticas locais. As feiras estão associadas às transformações sociais referentes ao padrão alimentar, cada vez mais pessoas se preocupam em ter uma vida mais saudável e por entender que alimentação é saúde, os alimentos orgânicos/agroecológicos têm ganhado cada vez mais adeptos.

Na Figura 8 abaixo, podemos observar que os itens de maior comercialização são banana, caqui e hortaliças, devido à grande oferta e aceitação pelos consumidores, a venda de frutas chega a somar quase 70% da produção. Cabe ressaltar que todos os alimentos produzidos seguem a sazonalidade local, o que interfere na renda dos produtores durante o ano. O caqui é uma importante cultura para a agricultura urbana no município do Rio de Janeiro, sua produção concentra-se no entorno do PEPB, sobretudo a variedade Rama Forte na localidade do Rio da Prata, em Campo Grande. Há também o cultivo da variedade Mikado em Vargem Grande e Jacarepaguá.

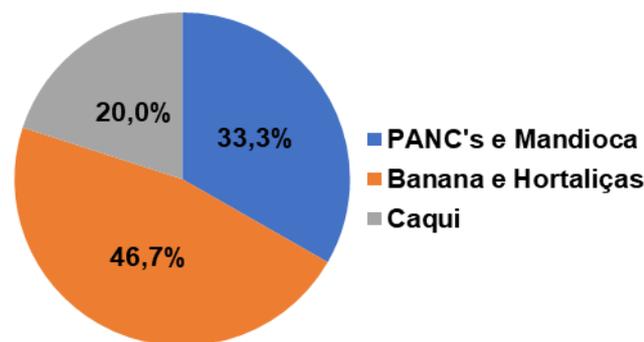


Figura 8. Principais alimentos comercializados nas feiras. Fonte: Juliana S. Barbosa.

Uma estratégia adotada pelos agricultores é a agregação de valor ao produto, através da utilização da mão de obra familiar disponível, para o beneficiamento dos produtos, tais como descascar e cortar a mandioca e a cana de açúcar. Em todas as feiras pesquisadas era possível encontrar a mandioca beneficiada, um dos alimentos mais procurados pelos consumidores. Ao serem questionados sobre o que faziam com os alimentos que sobravam das feiras, 46,7% dos agricultores responderam que beneficiavam. Entre as opções estão o vinagre de caqui, caqui passa, geleia de pimenta, pimenta em conserva e banana passa. O beneficiamento é também uma estratégia para redução das perdas, visto que os alimentos são perecíveis. O que não pode ser beneficiado é utilizado na composteira, produzindo adubo através do processo de compostagem e retornando ao solo.

O preço de cada alimento, seja por molho ou quilo, praticado pelos agricultores nas feiras é previamente combinado nas reuniões das Associações de Agricultores, porém cada agricultor pode ofertar determinado alimento por um valor diferenciado em determinadas circunstâncias, como baixa procura, estado de maturação, fatores climáticos, entre outros. Segundo Viegas (2016), “ao observar a porcentagem do faturamento entre os produtos orgânicos/agroecológicos em relação aos produtos convencionais, fica evidente que o rendimento dos produtos orgânicos é bem superior aos demais visto que carregam maior valor agregado”.

Trataremos a seguir da variável renda, apresentando na Tabela 2 um resumo das informações obtidas na pesquisa. Vale dizer que em alguns casos há incerteza com relação aos dados, causada por respostas incongruentes ou inexatas, visto que a maioria dos agricultores não tem por hábito anotar quanto obteve de lucro em cada feira. Pierri (2010) considerou que “há um possível constrangimento em responder quanto ganha, aonde uma resposta cujo valor é alto demonstra prestígio” e uma resposta trazendo uma renda mais baixa que a real, busca ressaltar a condição de vulnerabilidade que os agricultores enfrentam.



Tabela 2. Caracterização da renda.

AGRICULTOR	VALOR MÉDIO / FEIRA (R\$)	QUANTAS FEIRAS / SEMANA	VALOR MÉDIO / MÊS (R\$)	OUTRA RENDA
1	250,00	1	1.100,00	Sim
2	150,00	4	1.600,00	Não
3	700,00	3	8.400,00	Sim
4	600,00	4	9.600,00	Não
5	150,00	3	1.200,00	Sim
6	350,00	1	1.500,00	Sim
7	250,00	1	1.100,00	Sim
8	500,00	4	8.000,00	Não
9	700,00	2	5.600,00	Sim
10	150,00	2	1.200,00	Sim
11	800,00	1	3.200,00	Sim
12	250,00	2	2.100,00	Não
13	200,00	2	1.600,00	Não
14	600,00	4	9.600,00	Sim
15	600,00	3	7.200,00	Não

Fonte: Pesquisa de campo (elaboração própria).

De acordo com a Tabela 2, 60% dos entrevistados têm outra fonte de renda, essa é uma característica comum da AU, por ser uma produção em pequena escala. Ainda assim, todos os agricultores destacaram a importância da comercialização dos alimentos nas feiras na composição do rendimento total das famílias, visto que muitos começaram a produzir apenas para consumo próprio e transformaram a atividade na principal fonte de renda. Foi observado que os agricultores que não possuem outra fonte de renda, comercializam seus alimentos em no mínimo duas feiras. Dessa forma, pode-se inferir que aqueles agricultores que comercializam em mais de um local, conseguem através da AU gerar renda para o sustento da família.

Observou-se também que através da comercialização em feiras, 53,3% dos agricultores, mais da metade dos entrevistados, lograram renda mensal de pelo menos um salário mínimo, considerado o valor atual de R\$1.045,00, os agricultores que ganham dois salários mínimos representam 13,4% e os agricultores com renda maior que cinco salários mínimos representam 33,3% dos entrevistados. Uma agricultora, que trabalha sozinha e tem 70 anos, é a que ganha menos por sua atividade, ainda assim recebe pela venda dos alimentos produzidos, em média, o valor mensal de mil e cem reais (R\$1.100,00), uma quantia maior que o salário mínimo atual. O agricultor que recebe mais declarou receber até dez mil reais (R\$10.000,00) por mês, na época da chuva, quando a oferta diminui e o preço das hortaliças aumenta.

4. Conclusões

Os resultados obtidos revelam o predomínio de mulheres entre os agricultores urbanos no município do Rio de Janeiro;

A pesquisa evidenciou também que a maioria das agricultoras está na faixa etária entre 50 e 69 anos e possui apenas o ensino básico;

A feira é um importantíssimo canal de comercialização para os agricultores urbanos, visto a proximidade com o local de produção, o que acarreta menor gasto com transporte e possibilita a venda por um valor mais justo;

A comercialização nas feiras gera renda de no mínimo um salário mínimo para os agricultores.



Referências

- ALMEIDA, D. Agricultura urbana e segurança alimentar em Belo Horizonte: cultivando uma cidade sustentável. *Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia*. Rio de Janeiro, v.1, n.0, p.25-28, 2004.
- ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. La Agroecología en tiempos del COVID-19. University of California y Centro Latinoamericano de Investigaciones Agroecológicas, 2020. 6p.
- AMAF, Associação de Moradores e Amigos da Freguesia de Jacarepaguá. Feira Orgânica da Freguesia. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://www.amafreguesia.org/wp-content/uploads/2018/07/Feira_21072018_01-768x432.jpg. Acesso em: janeiro/2020.
- BRASIL. Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 1970.
- CABRAL, L. N.; CÂNDIDO, G. A. Urbanização, vulnerabilidade, resiliência: relações conceituais e compreensões de causa e efeito. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11, e20180063, 2019. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.002.AO08>
- CARNEIRO, M. F. B.; PEREIRA, L. A. G.; SILVA, M. S. N. Desenvolvimento da agricultura em quintais urbanos. *Revista Tocantinense de Geografia*, n. 10, p. 113 - 133, , 2017.
- CHEMIN, B. F. Manual da Univates para Trabalhos Acadêmicos. 2ª ed. rev. e atual. Lajeado: Univates, 2012.
- FERNANDEZ, A. C. F. Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: A construção social de um a unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro. 2009. 344 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Curso de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=144198. Acesso em: 10 agosto 2019.
- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 3, p. 20-29. São Paulo, 1995.
- IBGE. Censo Populacional de 1996 — Conceituação das características divulgadas na contagem da população de 1996. 1997.
- IBGE.. Censo Populacional de 2010. Banco de Dados Agregados SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/608>. Acesso em: dezembro/2019.
- IBGE. Censo Agropecuário de 2017. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/informativos.html. Acesso em: fevereiro/2020.
- MELLO, A. E. N. S. Aplicação do mapeamento de processos e da simulação no desenvolvimento de projetos de processos produtivos. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Itajubá. Itajubá, 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4604022-Aplicacao-do-mapeamento-de-processos-e-da-simulacao-no-desenvolvimento-de-projetos-de-processos-produtivos.html>. Acesso em: 6 junho 2019.
- NÓBREGA, J. C. A. et al. Contribuições da ciência do solo para o desenvolvimento da agricultura urbana. 2016. BOLETIM SBCS.
- OLIVEIRA, L. A.; ABREU, L. S. Associativismo e mercado alternativo: agricultura urbana na Zona Oeste do Rio de Janeiro. *Cadernos de Agroecologia*, Belém, v. 10, n. 3, 2015.
- OLIVEIRA, M.A. S. A. Zona Oeste da cidade do rio de janeiro: entre o rural e o urbano. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 18, n. 45, p. 325-349, 2017.
- PIERRI, M. C. Q. M. Um recorte em território artificializado: agricultura familiar e comercialização na Feira dos Goianos-Gama/DF. 2010. 194 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Brasília. Brasília, 2010.
- RIO DE JANEIRO, Lei nº 8366, de 02 de abril de 2019. Dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana e dá outras Providências. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/04c4d4c2619bf2b3832583d100625aeb?OpenDocument>. Acesso em: dezembro/2019.
- SACHS, I. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 23-49, 2004.
- SANTOS, M. A urbanização brasileira. Edusp, 2005.



SEQUEIRA, G. R. A agricultura urbana e periurbana no Curuçambá em Ananindeua região metropolitana de Belém: perspectivas e desafios. 2014. 97 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal do Pará, Belém.

SELLTIZ, J.; DEUTSCH, C. Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Herder, 1971. 687 p.

VEDANA, V. Fazer a feira e ser feirante. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, n. 39, p. 41-68, 2013.

VIEGAS, F. S. As feiras de pelotas contribuem com as cadeias curtas de produção? 2016. 45 f. Monografia (Graduação) – Curso de Bacharelado em Administração, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2016.